

DINÂMICAS SOCIOTERRITORIAIS EM SÃO FÉLIX DO XINGU/PA

Rafael dos Santos Carvalho (PDTSA/Unifesspa)¹

Andréa Hentz de Mello (PDTSA/Unifesspa)²

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar as dinâmicas socioterritoriais em São Félix do Xingu, a partir de três atores econômicos presentes na região: empresas de mineração, madeireiras e agropecuárias. Foi elaborado a partir de levantamento e análise bibliográfica e documental, apoiando-se em uma abordagem metodológica qualitativa. Do ponto de vista teórico, buscou-se mobilizar as bases teóricas sobre as dinâmicas de formação e ocupação do sudeste paraense, a partir das discussões de Castro, Monteiro e Castro (2004); Hébette (2004); Malheiro (2021); Martins (2009); Michelotti (2023) e Souza (2023), que nos ajudaram a compreender as políticas de desenvolvimento regional e de outras formas possíveis de re-existências, além de autores como Acosta (2019), Latour (1994) e Safatle (2019), importantes para mediar reflexões iniciais sobre a ideia de progresso e sua relação intrínseca com o modelo de desenvolvimento capitalista pensado para a região sudeste paraense e mediado pelo Estado. Os resultados revelam uma estreita interligação entre mineração e pecuária na configuração do território, indicando os sentidos da posse e concentração de terras, demonstrando que a ocupação em SFX é atravessada pela relação entre ação estatal e interesses econômicos, gerando impactos profundos na estrutura socioeconômica da região. Além disso, enfatizam-se as evidentes tensões e conflitos entre interesses econômicos, delineando um cenário marcado por desigualdades, grilagens de terras e processos de desterritorializações.

Palavras-chave: dinâmica socioterritorial; sudeste paraense; São Félix do Xingu.

1. Introdução:

São Félix do Xingu – SFX – é um município do Estado do Pará, pertencente à mesorregião do sudeste paraense³. Essa região tem sido palco desde a década de 1970 de instalação de grandes projetos que foram pensados e articulados pelo Estado, sob o pretexto de desenvolvimento e integração da Amazônia ao contexto nacional, via planejamento do desenvolvimento, com o surgimento de vários polos, dentre eles os ligados aos empreendimentos de mineração, do setor minerometalúrgico.

Esses projetos desencadearam várias frentes de exploração, impulsionados pelas aberturas de estradas em direção ao sul e sudeste do Pará (CASTRO et al., 2004; HÉBETTE, 2004). Houve, nesse

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia – PDTSA/Unifesspa.

² Professora do Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia – PDTSA/Unifesspa.

³ O sudeste paraense é uma região do Estado do Pará composto por 39 municípios, da qual o município de São Félix do Xingu faz parte.

período, forte atuação do Estado junto às empresas representantes do grande capital, que passaram a atuar a partir dos direcionamentos para o setor de commodities, tendo o Estado como agenciador e os bancos públicos como os grandes financiadores dessas empresas, conforme nos mostram Martins (2009) e Souza (2023).

Novos atores foram atraídos para essa região pelos incentivos e políticas do Estado, impulsionados pela abertura da PA-279. A pretensa “naturalização” dessa região enquanto vazio demográfico intensificou a corrida desses atores em direção à SFX, provocando a formação e consolidação de oligarquias rurais e o estabelecimento de empreendimentos de mineração, madeireiras e os pecuaristas. As dinâmicas que emergiram têm tornado essa região de grande complexidade, com a existência de diversos atores estabelecendo relações de disputas e formas de resistências contra as formas empreendidas de exploração, violências e saques das riquezas pelos grupos capitalistas em face dos “despossuídos”.

Partindo desse contexto, o objetivo desse trabalho é analisar a dinâmica socioterritorial em São Félix do Xingu a partir de três atores presentes na região: empresas de mineração, madeireiras e pecuaristas. Buscamos compreender como esses atores, mediados pelo Estado, ditaram os processos de ocupação em SFX, estabelecendo relações com o próprio processo de conformação espacial do sudeste paraense.

Os procedimentos metodológicos consistiram em levantamento bibliográfico e documental, apoiando-se em uma abordagem qualitativa. Do ponto de vista teórico, buscou-se mobilizar as bases teóricas sobre as dinâmicas de formação e ocupação do sudeste paraense, a partir das discussões de Castro, Monteiro e Castro (2004); Hébette (2004); Malheiro (2021); Martins (2009); Michelotti (2023) e Souza (2023), além de autores como Acosta (2019); Latour (1994) e Safatle (2019), importantes para mediar as reflexões sobre a ideia de progresso que permeou as políticas de desenvolvimento regional e de outras formas possíveis re-existências.

O trabalho está dividido em duas partes: a primeira parte i) aborda os processos de ocupação do sudeste paraense a partir da contextualização das políticas desenvolvimentistas e dos grandes projetos. A segunda parte ii) traz a discussão das dinâmicas socioterritoriais em São Félix do Xingu, a partir das relações entre a mineração, agropecuária e madeireiras, responsáveis por intensos conflitos pela terra e que ditaram processos de ocupação nessa região.

2. Dinâmica de ocupação do sudeste paraense e a política desenvolvimentista dos grandes projetos

Os processos históricos de ocupação da Amazônia e do sudeste paraense se consolidaram através da visão de dominação da natureza pelo homem, da busca pela exploração de recursos como fontes inesgotáveis que atenderiam aos interesses do capital em nome do progresso, através da

espoliação e saques históricos.

Essa visão de dominação por meio da dualidade homem x natureza não é recente. Conforme nos mostra Latour⁴ (1994), o dualismo entre natureza e cultura criada pela “modernidade” levou a visão de que o homem é superior à natureza, devendo dominá-la, explorá-la, provocando uma separação através do processo de “purificação”. Essa concepção é contrária à filosofia do “Bem Viver”⁵ defendida por Acosta (2019), que compreende que somos parte da natureza e que não devemos viver separados dos demais seres do planeta, e que se afirma no equilíbrio, na harmonia e na convivência entre os seres.

Thomas (1989), ao fazer uma análise histórica da Inglaterra entre os anos de 1500 a 1800, período de construção da modernidade na Europa e da construção do modelo de colonização, já evidenciava a distinção que era feita entre homem e natureza, e demonstra que a própria ciência considerava a natureza externa ao homem, devendo essa ser dominada e utilizada a partir de interesses da vida humana. Apresenta como exemplo o surgimento da botânica, que ocorre através da necessidade de identificar os usos das plantas, a partir de uma visão puramente utilitarista da natureza. Dessa forma, ao considerar a natureza separada do homem e como fonte de recursos inesgotáveis, a exploração da natureza atingiu níveis elevados e passou a provocar problemas socioambientais em larga escala.

Assim, a modernidade – e progresso – conforme nos mostra Latour (1994), não é vista apenas como positiva, visto que tem promovido a invasão, destruição, exploração da natureza – de seus recursos – e tem provocado diversos problemas sociais e ambientais. Acosta (2019) também critica essa concepção de progresso e modernidade que nos foi imposta. Este autor sul-americano aponta que essas ideias que estão baseadas no produtivismo e consumismo desenfreados, por meio do ideário dos modelos neodesenvolvimentista e neoextrativista, levarão a humanidade ao colapso civilizatório.

Desse modo, o ideário de modernidade e progresso impostos aos países “subdesenvolvidos” ampliaram o tratamento dado à natureza, reduzidas à fonte de recursos infinitos, expandindo as ações de dominação e exploração desenfreadas em nome do progresso. Nesse sentido, Safatle (2019, p. 83) afirma que:

Primeiro, a ideia de progresso, como realização da consciência do caráter produtivo da liberdade humana, constitui-se em oposição à natureza como sistema fechado e estático de leis. Eis sua matriz "antimitológica". Mas ao criar tal oposição, o progresso "passa no seu oposto" e adquire o mesmo caráter coercitivo e brutal que a sociedade encontrara na natureza. Pois a crença no progresso se paga com a explicitação da relação à natureza como uma relação de dominação. As relações de dominação são, no entanto, regressões, e não progresso.

⁴ Latour (1994) faz críticas ao dualismo entre natureza e cultura, sujeito e objeto. Argumenta que somos uma complexa rede de relações interdependentes, ou seja, uma interconexão de elementos naturais e culturais, que chamou de híbridos.

⁵ Segundo Acosta (2019) o “Bem Viver” é uma filosofia que nutre um aprendizado e convivência com a natureza, através da compreensão de que somos parte dela, parte de uma cosmologia e de modos de vida em sintonia com a natureza, e que busca romper com as concepções de progresso e desenvolvimento que nos foram impostas.

O progresso, nessa concepção, se constituiu em oposição à natureza, dentro de uma relação de dominação dessa natureza pelo homem, e servia para legitimar essa dominação a partir dos ideários e interesses produtivos, mas que, conforme aponta Safatle (2019), não é mais possível entender o progresso apenas como algo positivo, atuando na “desmistificação contra o encantamento da natureza”.

A visão de dominação atravessou a formação da Amazônia, desde sua constituição histórica através dos saques e espoliação dos recursos até o período mais recente, a partir do ideário de uma região “atrasada”, subdesenvolvida e que era preciso levar o progresso. As políticas neodesenvolvimentistas que foram pensadas para a Amazônia a partir da década de 1970 foram criadas sob esse viés de progresso, de dominação, do discurso da necessidade de integração nacional.

A política de integração nacional utilizou-se do pretexto de “vazios demográficos”, tendo como base o já conhecido slogan “terra sem homens para homens sem terra”, como se a Amazônia já não estivesse ocupada por diversos atores, como os indígenas, quilombolas, ribeirinhos e colonos, nas diversas formas de sociabilidades existentes (MALHEIRO *et al.*, 2021; CASTRO, 2017; CONGILIO; SANTOS, 2022). Nesse sentido, Malheiro et al. (2021, p. 85) afirma que diferente do que se propagou, a “Amazônia nunca fora um vazio demográfico, mas um espaço inscrito na diversidade territorial historicamente constituída por múltiplas territorialidades indígenas, quilombolas, camponesas”.

Entretanto, a “ocupação” da Amazônia, conforme Malheiro, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021, p. 255), “esteve associada à constituição do sistema-mundo moderno-colonial” e os processos de colonização nos fez aprender “a ver modernidade em grandes construções que violam nossa socio-bio-diversidade”. Para estes pesquisadores,

aprendemos a ver progresso no extermínio de nossa pluralidade étnica, tiramos dos rios seus encantados para colocarmos barragens, tiramos da mata seus espíritos para vender madeira ou plantar pasto, soja, milho... escolhemos não ouvir os saberes responsáveis por um dos mais importantes legados deixados para a humanidade por humanos: a Amazônia (MALHEIRO; PORTO-GONÇALVES; MICHELOTTI, 2021, p. 255).

A Amazônia era vista pelos “pensadores” do planejamento nacional como a região do atraso, contrastando com as “geografias do Sul”, em que a região era considerada mais desenvolvida e modelo de desenvolvimento. É nesse contexto de “visão de futuro”, conforme Castro (2017), a partir de uma concepção de Amazônia enquanto “vazio demográfico” e que era necessário levar a “modernização” e a “integração nacional”, que as políticas nacionais via planejamento do desenvolvimento e integração foram materializadas através de polos de desenvolvimento, por meio do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, conhecido como Polamazônia. No sudeste paraense foi criado o Polo Carajás, que mudou significativamente a configuração dessa

região, passando a ditar a organização territorial, tendo como maior expressão a exploração mineral nessa região.

Esses eixos de integração associados à criação do Programa Grande Carajás – PGC, através do estabelecimento de um grande complexo mineral, delinearam as dinâmicas de ocupação no sudeste paraense, com forte atrativo populacional, mas também de grandes agentes econômicos, como as empresas mineradoras, que passaram a disputar, junto com os latifúndios, os sentidos da posse e concentração de terras, ocasionando a expansão da fronteira, conflitos com diversos atores e processos de resistências (MALHEIRO; CRUZ, 2023; MICHELOTTI, 2023).

Para Hébette (2004) e Congilio e Santos (2022), as instalações desses grandes projetos, a exemplo do PGC, representam a abertura da Amazônia ao capital nacional e internacional, tornando a Amazônia um imenso campo de tensões e conflitos em torno da terra, pois esses projetos demandam grandes extensões de terras ao capital privado, terras essas usurpadas de seus antigos ocupantes.

Hébette (2004) identifica três momentos através dos quais as forças sociais deixaram marcas profundas de transformação do espaço do qual o sudeste paraense está inserido: o primeiro caracteriza-se pela ocupação provocada pela abertura da fronteira agrícola, tendo como seu principal componente a aberturas dos eixos rodoviários; o segundo momento é marcado pelas pesquisas minerárias dos grandes empreendimentos de capital nacional e internacional, a expansão da garimpagem e da atração de intensos fluxos migratórios; o terceiro momento é do da metalurgia, que demandou a construção de grandes obras de infraestrutura, com a hidrelétrica de Tucuruí, os parques siderúrgicos e a Estrada de Ferro Carajás – EFC.

O sudeste paraense é, portanto, atravessado por esses momentos que impulsionaram os processos de ocupação nessa região. Forma-se um contexto agrário regional marcado pelas tensões entre empresas de mineração, grandes latifundiários, colonos chegantes, indígenas, dentre outros atores que passam a disputar os sentidos da posse da terra, mesmo diante de todo o privilegio concedido pelo Estado ao grande capital, sendo este o grande beneficiário das ações que se estabeleceram no espaço do sudeste paraense (MALHEIRO *et al.*, 2021; CASTRO, 2017).

É o que nos mostra Martins (2009), que realizou pesquisas nessa região desde a década de 70 e pode constatar a expropriação violenta, por meio de um Estado autoritário, de camponeses, indígenas, dentre outros, onde a expansão territorial se dava através de processos de acumulação primitiva, da utilização de sistemas de escravidão e de isenção fiscal, doação de recursos e financiamentos através de bancos públicos.

Souza (2023), ao analisar os regimes de despossessão de terras no sudeste paraense aponta a existência de corporações do agromineronegócio na conformação espacial do sudeste paraense, a partir da expansão capitalista e a transformação da terra em mercadoria, por meio da ação estatal como agente de privatização e agenciador de empresas capitalistas. Ao analisar os casos concretos da

territorialização da Vale S.A e da Agropecuária Santa Barbara – AgroSB, Souza (2023), demonstra como o Estado teve papel central enquanto agente concreto da despossessão de terras para a territorialização de projetos dessas empresas, através de desregulação de leis, financiamentos e privatizações.

Souza (2023) demonstra que a Vale S.A e a AgroSB utilizaram mecanismos sofisticados nas ações de acesso, posse e controle de terras, que era legitimado pelo Estado. Aponta vários indícios de grilagem e as formas de expulsão violentas que ocorriam no processo de despossessão de terras.

Dentro desse emaranhado de relações, Malheiro *et al.* (2021) e Michelotti (2023) concordam que há uma confluência entre a mineração e o latifúndio, e concebem essa confluência enquanto dois subsistemas que esboçam um grande complexo agromineral existente no sudeste paraense. Corroborando com essas afirmações, Michelotti (2023, p. 140) nos diz que a “mineração e criação pecuária bovina, portanto, podem ser considerados os dois principais subsistemas de produção e circulação que conformam um complexo territorial agromineral do sudeste paraense” e que a “mineração, em função da raridade e da rigidez locacional desses recursos, atua para tornar a região, bem como seu domínio, de muito maior potencial estratégico mundial do que a produção pecuária”.

Fica evidente o “modus operandi” que permeou a formação espacial do sudeste paraense e demonstra a complexidade das relações existente nessa região, a partir da confluência de vários atores socioeconômicos e das formas de apropriação de terras que tem gerado intensas disputas e conflitos que perduram até hoje, desencadeadas pelo modelo desenvolvimentista dos grandes projetos pensados pelo Estado que permeou todo o processo de formação recente do sudeste paraense, principalmente pós anos 70.

Os estudos desses autores que vimos debatendo nesse trabalho nos indicam que esse parece ser o padrão de ocupação recente do sudeste paraense, existente em torno do PGC, dentro do eixo Marabá – Parauapebas – Canaã dos Carajás e adjacências, onde a existência do complexo agromineral impõe à força e com formas diversas de violência o domínio sobre o território e a constante concentração de terras e, conseqüentemente, a expulsão dos antigos habitantes desses espaços que se tornam despossuídos. Ou como bem elaborado por Souza (2023), um processo de formação espacial baseado na atuação autoritária do Estado que contribuiu com diversas formas e mecanismos de despossessão de terras, seja por meio de grilagem sofisticadas – grilagem verdes, grilagem digital com uso dos sistemas estatais, a exemplo do SICAR) – que, de acordo com Souza (2023), se registrou o que quis nos cartórios, além da ação de madeireiros e pecuaristas que, sob o agenciamento do Estado, constituíram processos históricos de expulsões fortemente marcados pela violência.

Essas dinâmicas de ocupação também estão presentes em São Félix do Xingu, que é tributário, em certa medida, das influências da implantação do PGC e possui relação direta com a abertura dos eixos rodoviários e da migração dos atores despossuídos, retirados de suas terras pela usurpação de

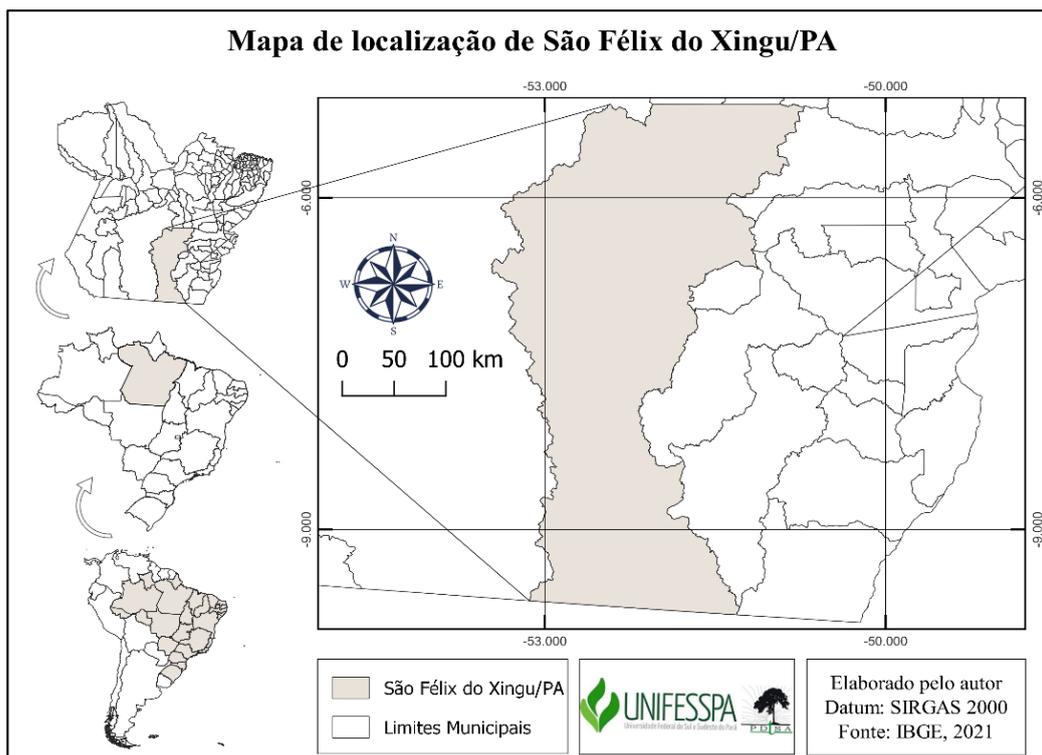
territórios pelas mineradoras, pecuaristas, atores do grande capital que migraram para SFX na esteira desses eixos de integração, da política de desenvolvimento nacional e do movimento migratório, como os empreendimentos minerários, os fazendeiros/pecuaristas e os madeireiros.

3. Dinâmicas socioterritoriais em São Félix do Xingu: mineração, madeiras e agropecuária

As políticas de integração nacional pensadas pelo Estado também influenciaram os processos de ocupação em SFX, a partir do ideário de integração dos “vazios demográficos”, com a abertura das “veias” rodoviárias, como as rodovias Belém-Brasília, Transamazônica e a Cuiabá-Santarém.

O município de SFX, localizado no Estado do Pará e pertencente à mesorregião do sudeste paraense, foi atravessado por essas políticas de desenvolvimento do Estado – desde a década de 70 do século passado – e através da abertura da PA-279, que liga o município às demais localidades e regiões do país, desencadearam-se várias frentes de exploração que foram impulsionadas em direção ao sul e sudeste do Pará.

Figura 01 – Mapa de localização do município de São Félix do Xingu/PA



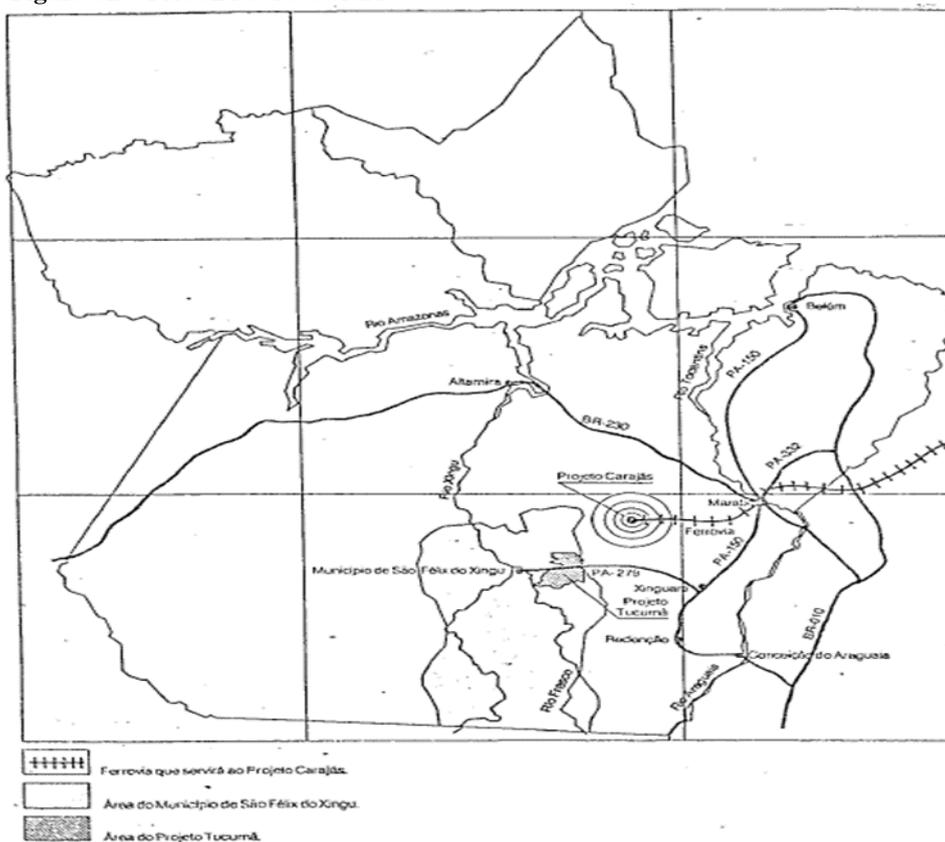
Fonte: Elaborado pelo autor.

A PA-279, mesmo antes de concluída, conforme dados do acervo do Instituto Socioambiental – ISA, datados de 1986, já corroborava com a política de integração do território. De acordo com esses dados, a população de SFX “teria acesso à rede rodoviária nacional, através da PA-279, estrada estadual então em construção, ligando São Félix do Xingu à PA-150 e, por essa, à rodovia Belém-Brasília” e que “era evidente pelo Governo Federal, o interesse em promover a ocupação racional dos

grandes vazios demográficos da Região, aproveitando-se a abertura dos eixos rodoviários então em implantação, objetivando a integração efetiva da Amazônia ao Brasil” (PROJETO TUCUMÃ, 1986).

Assim, a PA-279 teve papel importante no processo de ocupação de São Félix do Xingu, pois foi construída através do viés desenvolvimentista da região, por meio do processo de integração das rodovias que, conseqüentemente, serviu de vetor de atração de diversos atores sociais e econômicos.

Figura 02 – PROJETO TUCUMÃ



Fonte: Projeto Tucumã, 1986. Acervo do Instituto Socioambiental – ISA. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/projeto-tucuma>.

A figura acima refere-se ao Projeto Tucumã, que retrata a intenção do Governo Federal em promover a colonização da área em destaque que pertencia ao município de SFX, em 1985. Apresenta de forma clara os eixos de integração em construção, como a PA-279 em construção na época, que se ligaria à PA-150 e posteriormente à BR-230 e também à Estrada de Ferro Carajás, que atenderia ao PGC, com a intenção de estabelecer o desenvolvimento regional.

É necessário fazer esse regate dos processos de ocupação e das políticas de integração nacional via planejamento do desenvolvimento, pois é a partir desse contexto – de abertura das rodovias com viés de integração nacional – que surgiram em SFX novos atores, como os mineradores, fazendeiros e os madeireiros, que passaram a ocupar de forma mais intensa essa região, mediados pela ação do Estado.

Castro, Monteiro e Castro (2002, p. 59), afirmam que essa região era marcada pelo extrativismo, e ficou conhecida “pela produção de seringa e de castanha” e “era um entreposto de

comercialização de seringa, chamado São Félix da Boca do Rio, pela confluência entre os rios Fresco e Xingu”. Afirmam ainda que essas atividades extrativistas estavam presentes na região “desde o século XVIII”, e “entra em decadência a partir da abertura das primeiras estradas ligando a região ao resto do país”, e que “o extrativismo se marginaliza, portanto, enquanto atividade econômica em São Felix do Xingu, até desaparecer”.

A partir dos anos 90 as atividades madeireiras, pecuária e mineração tiveram crescimento e ditaram fortes processos de migração em SFX, mas antes desse período já havia outras atividades econômicas que contribuíam com a formação dessa região. Castro, Monteiro e Castro (2002) nos mostram a existência de ciclos econômicos que antecederam os novos atores que se instalaram em SFX e que ainda permaneceram entrelaçados até desaparecerem ou deixarem de ser uma atividade significativa, conforme pode ser observado na figura 02 abaixo:

Figura 03 – Ciclos da economia em São Félix do Xingu de 1970 a 2000.

Ciclos econômicos	1 extrativismo	2 Pecuária	3 Agricultura
1970	Castanha; Seringa/látex; Raízes/folhas; Ouro/Cassiterita	Pecuária incipiente	Pequena agricultura familiar
1980	Jaborandi; Garimpo de Ouro e Cassiterita	Médias propriedades	Pequena agricultura familiar
1990	Jaborandi; Mogno	Grandes propriedades	Pequena agricultura familiar + pecuária
2000	Mogno	Grandes propriedades	Pequena agricultura familiar + pecuária

Fonte: Adaptado de Castro, Monteiro e Castro (2002).

Ao olharmos atentamente os ciclos econômicos de SFX de 1970 a 2000, percebemos dados importantes que precisam ser destacados: em primeiro lugar, destacamos que na década de 1970, apesar de outras práticas econômicas, a exemplo da castanha e do látex, a mineração já estava presente nessa região; em segundo lugar, a pecuária em SFX passa a se consolidar a partir de 1980, alcançando grandes propriedades em 1990. Outra observação é que por volta dos anos 2000, a atuação de madeireiras na região, principalmente com a exploração do Mogno, ajudou a fomentar a corrida para essa região, e acentuou os níveis de desmatamento em SFX, que atingiu níveis alarmantes de desflorestamento.

Esses dados convergem com o período das aberturas das “veias rodoviárias” nessa região, posto que nos permite afirmar que é a ação estatal e/ou com apoio estatal, através da abertura das rodovias e estradas, que inaugura-se um novo modelo de ocupação: a concentração de terras pelos mineradores, pecuaristas, e a entrada dos madeireiros, ambos com forte fator de atração populacional,

provocando um boom demográfico que salta, conforme Castro, Monteiro e Castro (2002, p. 69), de 2.332 pessoas residentes em SFX em 1970 para 84.114 em 1990, dado bastante expressivo, considerando um aumento de aproximadamente 3.607% da população xinguense em apenas 20 anos.

Castro, Monteiro e Castro (2004, p. 18) afirmam que “embora tenham sido altas as taxas de crescimento para todas as microrregiões do estado do Pará nas últimas décadas, a de São Félix do Xingu é a maior, se considerarmos o crescimento entre 1980 e 1990” e observa que “tal crescimento deve-se, sobretudo, ao movimento migratório redirecionado nesse período [...] configura-se a frente pecuária e intensifica-se a exploração mineral”.

Nessa direção, de acordo com Castro, Monteiro e Castro (2004, p. 9),

Para os grupos que migraram para essa região a partir anos 1980, com interesse na exploração extrativa, mineral e florestal, ou da pecuária, foi a relação com a estrada que orientou a abertura de novas áreas, redefinindo o desenho e as modalidades de construção inclusive do espaço urbano na capital do município. A região mostra os sinais da mineração de cassiterita nos lagos que ali ficaram, formados pela extração do minério.

A expansão das ocupações nessa região faz SFX inserir-se como fronteira (CASTRO; MONTEIRO; CASTRO, 2004) com forte vetor de atração de grande contingente populacional, que, conforme Hébette (2004, p. 71), “se explica pelo fato de a fronteira estar se deslocando mais para o oeste, em direção de São Félix do Xingu” e que “o difícil acesso à terra por parte de pequenos produtores resultante da ação articulada da grilagem, do INCRA, do GETAT [...] tem proporcionado uma força de trabalho abundante para as empresas madeireiras, as empreiteiras de obras públicas e para o garimpo”.

Segundo Castro, Monteiro e Castro (2004), foram as atividades de mineração e agropecuária, através dos empreendimentos minerários que tiveram papel central nos processos de ocupação que se intensificaram a partir de 1980 e que culminaram na expansão da fronteira em SFX, através da abertura de duas estradas: a estrada das Fazendas e a estrada da Mineradora Canopus.

A estrada das Fazendas foi aberta pela empresa Mineração Taboca, ainda na década de 1970, com o objetivo de escoar sua produção de commodities mineral. A Mineração Taboca, segundo Castro, Monteiro e Castro (2004, p. 14),

trouxe muitas pessoas para trabalhar nas jazidas em exploração. Parte dos pequenos produtores familiares que se encontram assentados nessa região veio para trabalhar na Taboca Mineração. A empresa procurou se apropriar de uma enorme extensão de terras que acabou gerando conflitos, pois além de famílias tradicionais que ali estavam assentadas há bastante tempo desenvolvendo uma economia agroextrativa, muitos pequenos produtores chegaram e ali assentaram-se, decorrendo em litígio com a empresa. Houve conflitos com a empresa e muitos acabaram resistindo e ali permanecendo até o presente.

A mineração Taboca, conforme nos mostra Castro, Monteiro e Castro (2004, p. 60) chegou a funcionar uma loja na cidade de SFX, tendo atuado “de 1974 a 1995 no município de São Félix do Xingu, na exploração da cassiterita, com jazidas em vários sítios geológicos próximos” e afirma que

“os moradores informam que foi ela que construiu a estrada para viabilizar sua produção.

Outra estrada importante para o processo de ocupação foi a estrada da Mineradora Canopus. De acordo com Castro, Monteiro e Castro (2004, p. 14) “a estrada antiga aberta pela mineradora Canopus acompanha o Xingu pela margem direita por cerca de 120 km, passando na área da mineradora”.

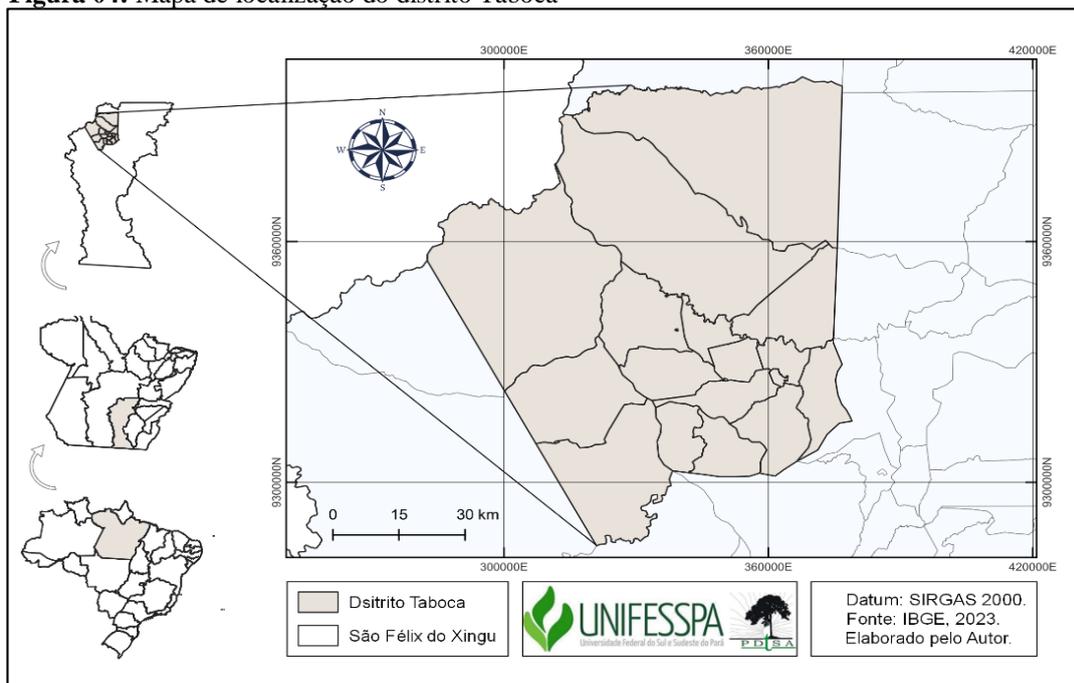
Com a abertura dessas estradas pelas mineradoras houve intenso fluxo migratório para a região, com a atração de diversos atores que se instalaram em SFX: os pequenos produtores que “chegaram na esteira de empresas de mineração de cassiterita e de ouro” e “localizaram-se às margens de estradas e suas vicinais” (CASTRO; MONTEIRO; CASTRO, 2004, p. 09); os fazendeiros, que apesar de terem chegado, conforme estes pesquisadores/as, ao mesmo tempo que a mineração, só se estabeleceram a partir de 1980, com a concentração de terras em grandes propriedades localizadas as margens das estradas abertas; e os madeireiros que se aproveitaram dessas estradas para explorarem madeiras de mogno e para escoar suas produções.

Com a instalação desses novos atores, a terra se torna o principal objeto de disputa e de conflitos. Para Castro, Monteiro e Castro (2004, p. 22), “a terra é o atual garimpo. A cultura do garimpo faz parte de uma cultura e das relações sociais da fronteira, e é agora editada pela terra em São Félix do Xingu”.

Os “chegantes” que migraram para essa região vieram atraídos pelas atividades de mineração, mas também para trabalhar com o extrativismo e nas fazendas dos pecuaristas com grandes concentrações de terras. Castro, Monteiro e Castro (2004, p. 68) nos diz que eles “vinham do mundo rural de outras regiões do país, ou oriundos das frentes de grandes obras do Pará” e que “a formação social deriva dos projetos de mineração que funcionaram na década de 80, sendo que muitos perfizeram o caminho dos Grandes Projetos na Amazônia”.

É nesse contexto que surgiram os povoamentos em SFX, a partir da atração de migrantes para trabalharem na mineração, nas atividades extrativistas e nas grandes fazendas, mas também de “chegantes” atraídos pelas aberturas das rodovias e estradas, que sonhavam com a posse de um pedaço de terra. Diversas vilas e povoados foram se estabelecendo às margens dessas estradas, a exemplo da Vila Taboca e o projeto de assentamento PA São José, que conforme Castro, Monteiro e Castro (2004, p. 57), tiveram origem nos “remanescentes de garimpo, remanescentes da mineração”, que deram origem ao Distrito Taboca, localizado na margem direita do rio Xingu, conforme mapa de localização abaixo:

Figura 04: Mapa de localização do distrito Taboca



Fonte: Elaborado pelo autor.

Atualmente o distrito Taboca é o maior distrito de São Félix do Xingu. Surgiu a partir da instalação da mineradora Taboca ainda na década de 1970, através da atração de migrantes para trabalharem nas atividades desta empresa, que depois se estabeleceram no local e formaram a vila da Taboca que atualmente é o maior distrito do município de São Félix do Xingu.

Em documento da Paróquia de SFX, obtido através do acervo do ISA, é possível constatar que:

A população de São Félix do Xingu cresceu nos últimos anos como nunca em sua história. A constante migração continua trazendo famílias de quase todos os Estados do Brasil à região. Novos núcleos surgiram no meio das matas. Estradas cortam a selva e aceleram a ocupação de grandes áreas até há pouco tempo impenetráveis. A grilagem e a exploração predatória das riquezas naturais vicejam em toda parte. Mineradoras e madeireiras proliferam por todo município. A própria cidade de São Félix do Xingu, antes isolada e esquecida no Interior paraense, vê a cada dia aumentar mais o número de seus habitantes (PARÓQUIA DE SÃO FÉLIX DO XINGU, 1986, p. 1).

O relato acima evidencia que a abertura da PA-279 e demais estradas e rodovias, sob o viés da integração nacional dos “vazios demográficos” contribuiu significativamente com a instalação das empresas minerárias, mas também dos fazendeiros e madeireiros que passaram a ditar os rumos da apropriação e usos do território.

De acordo com dados da Agência Nacional de Mineração – ANM (conforme figura 05 abaixo), de 1950 a 1970 houve apenas 34 processos distribuídos entre requerimento de pesquisa, autorização de pesquisa, disponibilidade e concessão de lavra de empresas mineradoras e pessoas físicas com interesses minerários em SFX. Os pedidos eram referentes à quatro substâncias e

correspondia a aproximadamente 22.488 hectares. Já entre 1970 e 1990, o número de processos saltou para 3.600, um acréscimo de mais de 10.000%. O quantitativo de substâncias requeridas também saltou para 56, e a área requerida nos processos ultrapassa os 22 milhões de hectares. Esse quantitativo é quase 3 vezes maior do que a área total do município de SFX, que é de aproximadamente 8,5 milhões (ha), o que pode indicar sobreposição de áreas requeridas.

Figura 05 – Quantitativo de processos de pedidos de concessão de lavra, requerimento de pesquisa, autorização de pesquisa, requerimento de lavra, bem como os tipos de substâncias e total de hectare requerido, feitos por empresas mineradoras e pessoas físicas com interesses minerários em São Félix do Xingu de 1950 a 1990.

Processos - 1950 a 1990	Fase dos pedidos	Substâncias	Área (ha)
 De 1950 a 1970 Quant. 34	Concessão de lavra; Autorização de pesquisa; Disponibilidade; Requerimento de pesquisa.	Ferro; Cassiterita; Sulfeto de Chumbo; Tantalita.	22.488,2
 De 1970 a 1990 Quant. 3.600	Concessão de lavra; Autorização de pesquisa; Disponibilidade; Requerimento de lavra; Requerimento de pesquisa.	Alumínio; Amianto; Antracito; Berílio; Bismuto; Calcário; Monazita; Carvão; Cassiterita; Chumbo; Cianita; Cobalto; Cobre; Columbita; Cromita; Cromo; Diamante; Enxofre; Estanho; Folhelho Pirobetumino; Fosfato; Grafita; Grafita; Ilmenita; Ítrio; Linhito; Magnésio; Magnetita; Manganês; Nióbio; Níquel; Ouro; Paládio; Paládio; Pirita; Pirocloro; Platina; Platina; Prata; Quartzo; Rutilo; Salgema; Saproelito; Scheelita; Tântalo; Tungstênio; Turfa; Vanádio; Vermiculita; Wolframita; Xenotímio; Zinco; Zircão; Zircônio; Zirconita.	22.540.181,64

Fonte: ANM, 2023. Elaborado pelo autor.

O que justifica esse aumento de pedidos de pesquisa e exploração mineral em SFX entre 1970 a 1990? Os dados coincidem com os períodos de instalação das políticas integração nacional, do PGC, das aberturas dos eixos rodoviários pelo Estado e das estradas pelas mineradoras, que faz direcionar a expansão da fronteira para SFX, o que nos faz acreditar, corroborando com os dados aqui apresentados, de que a mineração foi um dos principais atores responsáveis pelos processos de ocupação e da expansão da fronteira em SFX, mesmo diante das formas brutais de violências que foram praticadas pelos diversos atores capitalistas que chegaram na esteira desses processos de ocupação.

A mineração em SFX também está intrinsecamente relacionada com a questão agrária, através da ação direta do Estado que tende a privilegiar os empreendimentos minerários e os grandes pecuaristas nessa região. Estes atores, sob tutela do Estado, conseguiram se antecipar à corrida por terras e garantiram maior controle sobre o território com a arrecadação de terras por meio de grilagem, mas também através da destinação de terras públicas pelo Estado para o grande capital.

De acordo com Almeida (1985), na década de 1980, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins – GETAT

adotaram uma política de arrecadação de áreas rurais como terras devolutas, incorporando-as à União, cuja maior intensidade de arrecadação ocorreu em SFX, atingindo um percentual de 77% do total arrecadado apenas neste município.

Essa política adotada pelo INCRA e GETAT tinha como concepção a regularização fundiária, entretanto, para Almeida (1985), ela se consolidou dentro de um viés de colônia de exploração, garantindo a destinação dessas terras arrecadadas às grandes empresas interessadas na terra, como as de exploração mineral.

Para Almeida, essa política de arrecadação de terras consideradas “grandes espaços vazios” não tinha como objetivo as colônias de povoamento e afirma que as grandes riquezas nesses terras – minerais como ouro, cassiterita e madeira nobre – “conduziram a intervenção governamental a apressar a definição do estatuto jurídico das terras do município, adiantando-se ao movimento das frentes de expansão e reservando-as, preferencialmente, para grandes empresas agropecuárias, de extração mineral e de colonização particular (ALMEIDA, 1985, p. 6)”.

Almeida coloca em evidência que o Estado, através do GETAT, priorizou a destinação de terras aos grandes grupos capitalistas, agropecuários e de exploração mineral, inclusive de terras já ocupadas, delimitadas e demarcadas, a exemplo das terras indígenas, dos ribeirinhos e colonos, com fraudes cartoriais e dupla titulação, e tem atuado para garantir os interesses das classes dominantes, fazendo emergir diversos conflitos entre os atores nesta região.

As pesquisas de Almeida em 1985 vão ao encontro das pesquisas recentes de Souza, realizadas entre 2019 a 2023, que analisou o caso da Agropecuária Santa Bárbara – AgroSB em São Félix do Xingu. Souza (2023) mostra como se deu o processo que aquisição de terras por essa empresa do setor agropecuário, que detém o controle acionário da empresa a qual pertence o Conjunto Lagoa do Triunfo, um conjunto formado por 9 imóveis rurais – fazendas – que juntas somam mais de 200.000 hectares e totalmente inseridos na APA Triunfo do Xingu. Em vasta documentação analisada por Souza (2023), foi possível constatar a participação do Estado – principalmente através do GETAT e ITERPA – na destinação de terras públicas para o grande capital (incluindo a AgroSB) com fortes indícios de grilagem de terras nessa região, com emissão de inúmeros títulos fraudulentos, que após a edição de diversos decretos e uso de forças repressivas e de violência, permitiu que esses empreendimentos se instalassem nessas terras supostamente legais, provocando expulsão de atores que já estavam há muito tempo nessas terras.

Esses dados demonstram a relação intrínseca nos processos de ocupação em SFX entre mineração, pecuária e de madeiras, que ditaram os sentidos da posse e concentração da terra nesse município. Indicam, também, que a mineração no município, sob influência dos eixos de integração e do PGC, intensificou a expansão da fronteira em direção à SFX e, conseqüentemente, os surgimentos de vilas e povoados com maior concentração demográfica, ditando as formas de

ocupação e os modelos econômicos e dando forma às dinâmicas socioterritoriais em São Félix do Xingu.

4. Considerações finais

Os processos de ocupação do sudeste paraense foram estabelecidos pelas políticas desenvolvimentista, a partir da noção da dualidade entre natureza e cultura, enfatizando a perspectiva de dominação e exploração da natureza pelo homem.

Autores como Latour, Acosta e Safatle criticam o conceito de progresso fundamentado no produtivismo e neoextrativismo, alertando para os perigos ambientais e sociais. O contexto amazônico é constituído por essas concepções, evidenciadas nas políticas de integração nacional e a equivocada ideia de "vazios demográficos", contestada por autores como Castro, Monteiro e Castro (2004); Hébette (2004); Malheiro (2021); Martins (2009); Souza (2023), que ressaltam a presença histórica de diversos povos tradicionais, ribeirinhos e camponeses na região.

Os autores mobilizados neste trabalho e os documentos analisados dão conta de que as políticas de integração nacional buscaram não só a interligação regional e nacional – através da abertura dos eixos rodoviários – mas também entregar a Amazônia ao grande capital, possibilitaram a entrada dos empreendimentos em SFX, intensificando os processos de ocupação com a abertura de estradas – como a estrada das Fazendas e a estrada da Mineradora Canopus, aberta por empresas de mineração – e o surgimento de vilas e povoados, provocando aumento substancial da população xinguese nos anos 1980.

Processos semelhantes aos ocorridos nas adjacências do PGC também podem ser verificados em SFX, pois os empreendedores minerários e os fazendeiros capitalizados passaram a disputar os sentidos da posse, concentração, especulação e valorização de terras, criando uma rede de relações em busca de minerais e terras, que marcam tensões entre empresas de mineração, grandes latifundiários, colonos chegantes, ribeirinhos indígenas, dentre outros atores que passam a disputar os sentidos da posse da terra, mesmo diante de todo o privilégio concedido pelo Estado ao grande capital.

Os dados apresentados delineiam um quadro dos processos socioterritoriais em SFX, demonstrando a complexidade que permeou a formação dessa região, sob a influência das políticas de integração nacional, manifestadas na abertura de rodovias como a PA-279, que exerceram um papel fundamental na atração e consolidação de uma gama diversificada de atores econômicos na região.

Os ciclos econômicos, desde o declínio das atividades extrativistas até o expressivo crescimento populacional na década de 1990, refletem as dinâmicas socioterritoriais na constituição de SFX, onde foi possível verificar relações entre a mineração, pecuária e a ação de madeireiros mediado pela busca incessante por recursos minerais e terras, que passaram a atrair grande fluxo migratório para SFX.

A mineração, como força motriz no processo de ocupação, esteve intrinsecamente ligada a outros atores econômicos que atuavam na região, como os pecuaristas e os madeireiros, que passaram a ocupar terras públicas nessa região e ditar os sentidos em torno da posse da terra, através de diversos instrumentos, com atuação direta do Estado na legitimação e territorialização dos empreendimentos capitalistas.

Em resumo, a complexidade dos processos de ocupação em SFX resulta das dinâmicas socioterritoriais de atores econômicos agenciados pelo Estado. Essa ocupação não apenas remodelou profundamente a estrutura socioeconômica da região, mas também deixou marcas no meio ambiente, com níveis alarmantes de desflorestamento e alterações notáveis na paisagem, além de violências veladas contra populações tradicionais e camponesas que foram desterritorializadas e expulsas de suas terras. A relação entre o Estado, as empresas de mineração, agentes madeireiros e os empreendimentos agropecuários evidenciam desigualdades, violências, grilagem de terras através da emissão de títulos fraudulentos e outros mecanismos. O Estado favoreceu empreendimentos minerários e grandes pecuaristas, principalmente através das ações da política de arrecadação de terras pelo GETAT, INCRA e ITERPA, que priorizou grandes empresas na destinação de terras públicas, privilegiando os interesses das classes dominantes, influenciando significativamente os processos de ocupação e expansão SFX e o surgimento de diversas dinâmicas socioterritoriais.

5. Referências

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Editora Elefante, 2019.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. O GETAT e a arrecadação de áreas rurais como terra devoluta. **Estudos Paraenses**, Belém, PA: IDESP, v. 55, p. 1-45, 1985. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/o-getat-e-arrecadacao-de-areas-rurais-como-terra-devoluta>. Acesso em: 02 jun. 2023.

CASTRO, E. M. R de; MONTEIRO, R.; CASTRO, C. P. Atores sociais na fronteira mais avançada do Pará: São Félix do Xingu e a Terra do Meio. **Papers do NAEA**, Belém, v. 180, p. 1-80, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11559/7977>. Acesso em: 11 out. 2022.

CASTRO, E. M. R de; MONTEIRO, R.; CASTRO, C. P. **Atores e relações sociais em novas fronteiras na Amazônia: Novo Progresso, Castelo de Sonhos e São Félix do Xingu**. Relatório técnico: Estudo sobre dinâmicas sociais na fronteira, desmatamento e expansão da pecuária na Amazônia. Trabalho de Consultoria prestado ao Banco Mundial (Contratos 23584 e 388135, de 18/01/2002). Belém: Banco Mundial, julho de 2002, 152p. Disponível em: <https://hal.science/hal-03088601/document>. Acesso em: 02 jun. 2023.

CASTRO, E. M. R de. AMAZÔNIA NA ENCRUZILHADA: SAQUE COLONIAL E LUTAS DE RESISTÊNCIA. In: CASTRO, E. M. R de. (org.). **Territórios em transformação na Amazônia:**

saberes, rupturas e resistências. Belém: NAEA, 2017. p. 19-48. Disponível em: https://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/584/1/Livro_TerritoriosTransforma%C3%A7%C3%A3oAmazonia.pdf#page=20. Acesso em 02 jun. 2023.

CONGILIO, Celia Regina; SANTOS, Ana Cristina Sousa. Grandes projetos capitalistas na Amazônia e a luta pela terra no sudeste paraense. **Lutas Sociais**, v. 26, n. 48, p. 107-121, 2022. DOI: 10.23925/ls.v26i48.61753. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/61753>. Acesso em: 02 jun. 2023.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004. v. 03.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

MALHEIRO, Bruno; CRUZ, Valter do Carmo. A geografia das ruínas e dos territórios de exceção: uma leitura a contra pelo dos grandes projetos de des-envolvimento. In: SILVA, M. A. P. et al. (org.). **POR OUTRAS REGIÕES, PARA OUTRAS AMAZÔNIAS: cidades, geopolítica da mineração e lutas por território**. São Paulo: FFLCH/USP, PROLAM/USP, UNIFESSPA, PPGEU/UFPA, LERASSP, 2023. p. 114-132. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/998>. Acesso em 02 jun. 2023.

MALHEIRO, Bruno *et al.* Dinâmicas regionais da mineração em Carajás: da pilhagem de matéria e energia aos múltiplos territórios em resistência. In: WANDERLEY, Luiz Jardim; COELHO, Tádzio Peters (org.). **Quatro Décadas do Projeto Grande Carajás: Fraturas do Modelo Mineral Desigual na Amazônia**. Brasília-DF: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à mineração, 2021. p. 22-139. Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/1102>. Acesso em 02 jun. 2023.

MALHEIRO, B.; PORTO-GONÇALVES, C. W.; MICHELOTTI, F. **Horizontes amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo**. 1.ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MICHELOTTI, Fernando. Complexo de produção e reprodução agromineral do sudeste paraense: produção capitalista do espaço, luta pela terra e disputas territoriais. In: SILVA, M. A. P. *et al.* (org.). **POR OUTRAS REGIÕES, PARA OUTRAS AMAZÔNIAS: cidades, geopolítica da mineração e lutas por território**. São Paulo: FFLCH/USP, PROLAM/USP, UNIFESSPA, PPGEU/UFPA, LERASSP, 2023. p. 133-151. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/998>. Acesso em 02 jun. 2023.

PARÓQUIA DE SÃO FÉLIX DO XINGU. Alto Xingu: a violência cresce. Continuaremos calados? **Acervo do Instituto Socioambiental**, código: XKD00028, 1986, p. 1-3. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/alto-xingu-violencia-cresce-continuaremos-calados>. Acesso em 02 jun. 2023.

PROJETO Tucumã. **Acervo do Instituto Socioambiental – ISA**. [S.l. : s.n.], 1986. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/projeto-tucuma>. Acesso em 02 jun. 2023.

SAFATLE, Vladimir. **Dar corpo ao impossível:** o sentido da dialética a partir de Theodor Adorno. Autêntica, 2019.

SOUZA, Haroldo. **REGIMES DE DESPOSSESSÃO DE TERRAS NO SUDESTE PARAENSE.** 2023. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2023.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural:** mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1989.